Informações Trimestrais - ITR

Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos

30 de setembro de 2022

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou "Dimed" e suas controladas (conjuntamente a "Companhia"), sediada em Eldorado do Sul/RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Companhia conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, além de 548 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul (384 lojas), Santa Catarina (66 lojas), Paraná (92 lojas) e São Paulo (6 lojas). No período de 12 meses, inauguramos um total de 68 lojas, sendo 14 lojas no terceiro trimestre de 2022. Neste trimestre também ocorreram 1 encerramento e 3 transferências de lojas, por possuírem baixa capacidade de melhorar a performance.

A controladora é uma sociedade anônima listada na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("PNVL3").

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. É responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Companhia e controladora da Empresa Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda., que opera na distribuição dos produtos produzidos.

A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

1.2. Impactos COVID-19

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 16 – *Leases* referentes a benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários, em contratos de arrendamento. Em 07 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que equivale a IFRS em questão, que estava vigente até 30 de junho de 2022.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. Impactos COVID-19--Continuação

No 3T22, a Companhia continuou realizando a avaliação dos impactos da COVID-19 em suas operações, sem identificar aumento significativo no risco de crédito de contas a receber de clientes que pudesse impactar na reavaliação de suas premissas de provisão. No que tange ao *impairment* de seus ativos, a Companhia também não identificou impacto adverso relevante em suas disponibilidades, estoques e ativos permanentes. A operação não sofreu maiores impactos com em decorrência da COVID-19 e a Companhia seguirá aplicando as medidas de proteção, com vistas a garantir a segurança dos colaboradores e clientes.

1.3. Autorização para emissão das informações trimestrais

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com o IAS 34 — *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais — ITR.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias é com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros avaliados por valor justo, conforme nota explicativa 5, e requerem o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na nota explicativa 3.

A Companhia seguiu, na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2022.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas:

		Participação direta		
Empresa	Atividade	2022	2021	
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Produção de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção.	99,99%	99,99%	
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Gestão e administração de imóveis próprios e/ou de terceiros e operacionalização da atividade de marketplace.	99,99%	99,99%	

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

		Participação indireta		
Empresa	Atividade	2022	2021	
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Distribuidora de produtos farmacêuticos.	99,97%	99,97%	

Essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

O período das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores, uma vez que a participação dos não controladores representa 0,01% do consolidado.

2.2. Normas e interpretações não vigentes

2.2.1. <u>Emenda IAS 1, correlata ao CPC 26 - Classificação de passivos como circulante e não circulante</u>

Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, que abordam os requisitos para classificação dos passivos com liquidação incerta no balanço patrimonial, como circulante e não circulante. A Companhia está avaliando o impacto das alterações na prática adotada atualmente.

2.2.2. <u>Emenda IAS 1, correlata ao CPC 26 (R1) e IFRS 2 - Divulgação de políticas contábeis</u>

Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e trata da aplicação do julgamento da materialidade para divulgação de políticas contábeis, ao invés da aplicação do conceito de políticas significativas. A Companhia está em fase de avaliação do impacto das alterações na prática adotada atualmente.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Normas e interpretações não vigentes--Continuação

2.2.3. Emenda IAS 8, correlata ao CPC 23 - Definição de estimativas contábeis

Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, abordando as distinções entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correções de erros, além de abordar *inputs* a respeito do desenvolvimento dessas estimativas. A Companhia está em fase de avaliação do impacto das alterações na prática adotada atualmente.

2.2.4. <u>Emenda IAS 12 - Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos de uma única</u> transação

Entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 com objetivo de esclarecer como as entidades devem contabilizar imposto diferido de determinadas transações, limitando a abrangência de isenções no reconhecimento inicial, de modo que, não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. A Companhia está em fase de avaliação do impacto das alterações na prática adotada atualmente.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras intermediárias incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a sequir:

3.1. Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques. Os valores estão representados na nota explicativa 8. Mensalmente a Companhia avalia e realiza a baixa de itens que já estão vencidos e com avarias.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.2. Provisão perda de crédito esperada para contas a receber

A provisão para perda de crédito esperada é baseada em certas premissas e envolve o julgamento da Administração, consistente com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.5.4 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021. Os valores estão descritos na nota explicativa 7.

3.3. Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

3.4. Verbas contratuais

As estimativas para o reconhecimento contábil das negociações para verbas são baseadas nas transações com fornecedores, consistente com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.8 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021. Os valores podem ser verificados na nota explicativa 27, na rubrica "ressarcimento de custos com aportes".

3.5. Tributos sobre o lucro

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.5. Tributos sobre o lucro--Continuação

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia possui benefícios e incentivos fiscais de ICMS em alguns estados onde tem operação. Tais incentivos foram considerados subvenção para investimento nos termos da Lei Complementar nº 160/2017. Estes incentivos, quando apurados são destinados para Reserva de Incentivos Fiscais (nota explicativa 22). Os recursos relativos aos incentivos não são distribuídos como dividendos. Em atenção ao ICPC 22 (IFRIC 23), a Administração efetuou, com o auxílio de seus assessores jurídicos, a análise da aceitabilidade do tratamento tributário descrito, concluindo que é provável que a autoridade fiscal aceite o mesmo.

3.6. Taxa de desconto do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

As estimativas para a determinação da taxa de desconto são baseadas em premissas, conforme descrito na nota explicativa 20.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia. A Controladoria, por meio do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e previne eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.1.1. Risco de mercado

a) Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

A seguir consta o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) conforme avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses. Também constam outros dois cenários, em que ocorre o aumento (cenário II) e a redução de juros (cenário III), cada um com possível variação de 25% e de 50% nas taxas de juros.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

4.1.1. Risco de mercado--Continuação

a) Risco de juros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

	Cenário I	Aumento (Cená		Redução (Cená	
Índice/Operação	Provável	Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
CDI Média	13,36%	16,72%	20,09%	10,00%	6,63%
Aplicações Financeiras	20.295	25.403	30.510	15.186	10.075
Debêntures	(29.944)	(36.712)	(43.366)	(23.069)	(16.070)

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pela Administração. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em moeda corrente, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

4.1.2. Risco de crédito--Continuação

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente no departamento de tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo departamento de compras. A tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

4.1.3. Risco de liquidez

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do valor exigido para a administração do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$100.211 na controladora e R\$141.388 no consolidado, que geraram entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado					
	Fluxo de				Mais de	
	caixa	Menos de	De um a	De três a	cinco	
	contratual	um ano	três anos	cinco anos	anos	
Em 30 de setembro de 2022					_	
Fornecedores	373.646	373.646	-	-	-	
Arrendamento mercantil	628.289	148.450	141.699	210.889	127.251	
Debênture - Banco Bradesco	314.230	117.692	196.538	-	-	
Total	1.316.165	639.788	338.237	210.889	127.251	

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

4.1.3. Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado						
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos		
Em 31 de dezembro de 2021							
Fornecedores	464.714	464.714	-	-	-		
Arrendamento mercantil	557.109	134.605	124.768	185.690	112.046		
Debênture - Banco Bradesco	145.653	55.683	21.103	68.867	-		
Total	1.167.476	655.002	145.871	254.557	112.046		

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia tem como estratégia de negócio manter seu endividamento financeiro líquido comparado à soma da dívida líquida financeira e patrimônio líquido em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital -- Continuação

	Controladora		Consolidado		
_	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Total dos empréstimos (Nota 17) Menos:	270.727	133.818	270.727	133.818	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(19.337)	(51.590)	(22.862)	(54.435)	
Aplicações financeiras (Nota 6)	(100.211)	(116.712)	(141.388)	(155.216)	
Dívida líquida - A	151.179	(34.484)	106.477	(75.833)	
Total do patrimônio líquido	1.090.998	1.046.195	1.090.998	1.046.195	
Total do capital - B	1.242.177	1.011.711	1.197.475	970.362	
Índice - % - A/B*	12,17	-3,41	8,89	-7,81	

5. Instrumentos financeiros por categoria

5.1. Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme a tabela abaixo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações financeiras
Contas a receber de clientes e
outras contas a receber

	30/09/2022						
Co	ntroladora	Co	nsolidado				
Custo	Valor justo por	Custo	Valor justo por				
amortizado	meio do resultado	amortizado	meio do resultado				
-	19.337	-	22.862				
-	100.211	-	141.388				
421.325	-	422.918	-				
421.325	119.548	422.918	164.250				

	31/12/2021						
	Coi	ntroladora	Co	nsolidado			
	Custo Valor justo por amortizado meio do resultado		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado			
	_	51.590	_	54.435			
	-	116.712	-	155.216			
	395.486	-	399.456	-			
(395.486	168.302	399.456	209.651			

Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber de clientes e outras contas a receber

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

5.2. Classificação dos passivos financeiros

	Contro	ladora	Consolidado Custo amortizado		
	Custo an	nortizado			
	30/09/2022 31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021	
Fornecedores Empréstimos e financiamentos Obrigações por arrendamento	377.380 270.727	470.117 133.818	373.646 270.727	464.714 133.818	
mercantil	628.289	559.109	628.289	559.109	
	1.276.396	1.163.044	1.272.662	1.157.641	

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora e do Consolidado, em 30 de setembro de 2022, era de R\$273.419, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos e pode ser comparado com o valor contábil de R\$270.727.

5.3. Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 até 30 de setembro de 2022.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média	Contro	ladora	Conso	lidado
	(a.a.%)	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Recursos em caixa (filiais do varejo)	-	5.069	4.634	5.085	4.654
Depósitos bancários de curto prazo	-	1.279	9.521	1.925	10.661
Aplicações financeiras - renda fixa (*)	91% do CDI	12.989	37.435	15.852	39.120
	<u>-</u>	19.337	51.590	22.862	54.435

^(*) As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, remuneradas a um percentual do CDI. As informações sobre a liquidez das aplicações estão detalhadas na Nota 4.

6.2. Títulos e valores mobiliários

	Taxa média	Controladora		Consolidado		
	(a.a.%)	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Fundo de investimento exclusivo Fundo de investimento	100% do DI 107% do DI	100.211 -	116.712 -	139.036 2.352	155.216 -	
	-	100.211	116.712	141.388	155.216	

A composição das aplicações financeiras por modalidade está descrita no quadro a seguir:

Consolidado							
Modalidade	30/09/2022	31/12/2021					
Fundos de investimentos	99.864	5.364					
CDB Debêntures	687 7.344	4.062 27.880					
DPGE	-	2.103					
LF LFT	3.014 29.371	71.600 15.978					
NTN-O	-	28.229					
NC LFSC	805 303	-					
	141.388	155.216					

O fundo de investimento GD FIM Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas, apenas se limitam às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas. O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e, desta forma, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

7.1 Composição de contas a receber

As contas a receber de clientes contemplam os recebíveis de vendas de mercadorias:

	Contro	ladora	Consolidado		
_	30/09/2022 31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021	
Contas a receber de clientes	79.516	67.661	80.864	71.046	
Contas a receber de cartões de crédito	287.729	259.481	287.729	259.481	
Provisão para encargos financeiros	(698)	(551)	(697)	(551)	
Provisão para PCLD de contas a receber de clientes	(6.263)	(5.361)	(6.263)	(5.361)	
Contas a receber de clientes, líquidas	360.284	321.230	361.633	324.615	

Decomposição de contas a receber de clientes por vencimento:

	30/09/2022	31/12/2021
A Vencer		
Até 30 dias	193.281	158.431
31 a 60 dias	90.364	77.988
61 a 90 dias	36.796	37.501
91 a 120 dias	18.277	17.788
121 a 150 dias	10.496	10.829
151 a 180 dias	4.608	5.291
Mais de 180 dias	2.614	4.964
	356.436	312.792
Vencidos		
Até 30 dias	3.864	3.203
31 a 90 dias	2.277	698
Acima de 90 dias	4.667	10.449
	10.808	14.350
Provisão para encargos financeiros	(697)	(551)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.263)	(5.361)
Total Controladora	360.284	321.230
Contas a receber clientes (Lifar) - A vencer	1.079	2.708
Contas a receber clientes (Lifar) - Vencidos	270	677
Total Consolidado	361.633	324.615

7.2 Perdas em crédito estimadas

A provisão para perdas dos créditos a receber é constituída com base na metodologia do CPC48/IFRS 9. Estima-se a perda esperada a partir da análise da performance da carteira, levando em conta a probabilidade de inadimplência e perda que cada faixa de atraso apresenta.

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

7.2 Perdas em crédito estimadas--Continuação

	Contro	oladora	Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Saldo do início do período Complemento de provisão Valores baixados da provisão	(5.361) (1.712) 810	(4.982) (1.703) 1.324	(5.361) (1.712) 810	(4.982) (1.703) 1.324	
·	(6.263)	(5.361)	(6.263)	(5.361)	

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Perdas em Crédito Líquidas". Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

8. Estoques

8.1 Composição dos estoques

	Contro	ladora	Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Mercadorias para revenda	774.647	720.690	776.453	722.775	
Produtos prontos	-	-	4.852	4.652	
Matérias-primas	-	-	4.913	1.897	
Materiais de consumo/almoxarifado	6.267	6.136	10.845	10.361	
(-) Provisão para perdas nos estoques	(331)	(476)	(331)	(649)	
	780.583	726.350	796.732	739.036	

8.2 Perdas estimadas nos estoques

	Contro	nadora	Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Saldo inicial Complemento de provisão	(476) (2.291)	(287) (1.177)	(649) (2.490)	(408) (1.506)	
Valores baixados da provisão	2.436	` 988	`2.80 8	1.265	
Saldo final do exercício	(331)	(476)	(331)	(649)	

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Contro	oladora	Consolidado		
-	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - IRPJ Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	19.868 5.240	10.679 739	20.151 5.282	10.915 778	
	25.108	11.418	25.433	11.693	

A Companhia encerrou o processo relativo ao trânsito em julgado da ação em que discutia a exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base do IRPJ e da CSLL, determinando que os créditos presumidos não componham a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, reconhecendo assim o direito ao crédito. Esta decisão transitou em julgado na data de 23/04/2021, tendo sua habilitação junto à SRF sido homologada na data de 02/07/2021. A Companhia elaborou os cálculos com apoio de empresa de consultoria especializada, desta forma, efetuou o registro dos créditos no segundo trimestre de 2021, no montante total de R\$17.708, sendo R\$12.167 de principal e R\$5.542 de atualização monetária. No terceiro e quarto trimestres de 2021, parte do valor foi compensado, permanecendo registrados créditos no montante de R\$4.692, sendo R\$3.346 de principal e R\$1.346 de atualização monetária. O saldo atualizado até setembro de 2022 e que foi compensado, em sua totalidade, na mesma data-base, era de R\$1.378, sendo R\$908 de principal e R\$470 de atualização monetária.

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia realizou o levantamento e apurou créditos tributários relativos ao trânsito em julgado da ação em que discutia a não incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores ressarcidos referentes a indenização de seguros, reconhecendo assim o direito ao crédito. Desta forma, a Dimed apurou e efetuou o registro dos créditos no montante total de R\$16.862, sendo R\$12.811 de principal e R\$4.051 de atualização monetária, em decorrência da ação judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou com pedido de habilitação dos créditos junto à SRF, que foi homologado na data de 31/03/2022. Até o momento as compensações ainda não foram iniciadas, mas tem-se a expectativa de que os créditos sejam compensados em até 12 meses. O saldo atualizado em 30 de setembro de 2022 é de R\$17.998, sendo R\$12.811 de principal e R\$5.187 de atualização monetária.

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic, que são recebidos pelo contribuinte pela repetição de indébito tributário. A decisão baseia-se no entendimento de que os juros de mora e correção monetária, devido a sua natureza indenizatória, não refletem um acréscimo patrimonial, já que tem como função reparar as perdas monetárias sofridas ao longo do período de discussão do indébito tributário. A Companhia ajuizou ação em que discute o tema, impetrado em 08 de junho de 2010 e considerando seu estágio atual, ainda não possui todos os requisitos necessários à luz do IAS 37/CPC 25 para o registro dos eventuais créditos de imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar

	Contro	oladora	Consc	lidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços – ICMS Programa de Integração Social - PIS Contribuição p/ financiamento da seguridade social – COFINS	3.960 776 3.575	3.143 1.039 4.788	4.275 781 3.587	3.483 1.044 4.813
Crédito Exclusão Pis e Cofins s/ Base ICMS Outros	11.494 206	21.382	13.890 246	25.866 42
Cuitos	20.011	30.352	22.779	35.248
Não Circulante Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	9.260	7.895	9.260	7.895
	9.260	7.895	9.260	7.895
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				

ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins

A Companhia encerrou o processo relativo ao trânsito em julgado das ações que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins em janeiro de 2021, determinando que o ICMS não componha a base de cálculo para incidência do PIS e da Cofins, reconhecendo assim o direito ao crédito. No que se refere ao ICMS a ser excluído, a decisão reconhece "a parte autora a excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o ICMS destacado nas notas fiscais de saída das mercadorias do seu estabelecimento, a fim de, ajustada a nova base de cálculo, apurar os valores indevidamente pagos".

Tendo em vista que as ações da Companhia foram ajuizadas em 2006, os valores a recuperar retroagiram à competência de novembro de 2001, uma vez que a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou que o prazo de prescrição é de 5 anos ("prescrição quinquenal"), considerando-se que o processo foi ajuizado após a vigência da LC 118/2005.

Os cálculos foram elaborados com apoio de empresa de consultoria especializada, com base nos arquivos fiscais de venda de todo o exercício, e conciliado com as informações das obrigações acessórias. Desta forma, a Dimed apurou e efetuou o registro dos créditos no exercício de 2021, no montante total de R\$20.954. Em 31 de dezembro de 2021 o total dos créditos somaram R\$21.382, sendo R\$12.325 de principal e R\$9.057 de atualização monetária. Em 30 de setembro de 2022, o crédito atualizado, após as compensações realizadas durante o ano de 2022, é de R\$11.494 (R\$7.904 valor principal e R\$3.590 atualização monetária).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar--Continuação

No último trimestre de 2020 a controlada LIFAR também obteve o trânsito em julgado sobre o processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, com base no ICMS destacado nas notas fiscais de saída, tendo sido apurado e registrado em 2020 o montante de R\$5.850. Em 30 de setembro de 2022, o saldo desses créditos totalizou R\$ 2.396 (R\$4.484 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração tem expectativa de que os créditos fiscais da Dimed e de sua controlada LIFAR sejam compensados em até 12 meses.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

11. Investimentos em controladas

11.1 Movimentação dos investimentos

Os investimentos em controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e estão demonstrados a seguir:

				;	30/09/2022			
		Quotas				Saldo inicial		
	Capital social	possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido do período	em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda. Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	500 8.978	499.999 19.999	99,99% 99,99%	30.369 44.818	2.464 6.929	26.750 37.889	2.147 6.929	28.897 44.818
	0.01.0		00,0070		0.020	64.639	9.076	73.715
				;	31/12/2021			
		Quotas			Lucro líquido	Saldo inicial		
	Capital social	possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	(prejuízo) do período	em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499,999	99.99%	27.905	(3.042)	29.538	(2.788)	26.750
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	37.890	2.521	35.368	2.521	37.889
			,50,0	21.000				21.500
						64.906	(267)	64.639

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

11. Investimentos em controladas--Continuação

11.2 Composição dos investimentos

A seguir estão demonstradas informações relativas às empresas controladas:

	30/09/2022							
Empresas controladas 2022	Controle	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido				
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Participação direta	41.335	10.966	30.369				
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Participação indireta	14.672	4.812	9.860				
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Participação direta	45.073	255	44.818				
		31/12	2/2021					
Empresas controladas 2021	Controle	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido				
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Participação direta	39.677	11.772	27.905				
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Participação indireta	12.550	4.489	8.061				
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Participação direta	41.983	4.094	37.889				

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado

12.1. Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

O saldo de imobilizado compreende ativos próprios e arrendados. Os imóveis arrendados são aqueles incluídos na coluna "Direito de uso".

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos e aeronaves	Benfeitorias	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021									
Custo	76.658	60.572	40.388	120.950	63.309	7.860	148.943	782.922	1.301.602
Depreciação acumulada	(8.372)	(16.610)	(18.879)	(51.104)	(43.597)	(2.410)	(34.772)	(261.691)	(437.435)
Saldo contábil líquido	68.286	43.962	21.509	69.846	19.712	5.450	114.171	521.231	864.167
Aquisições Baixas	13.310 - (864)	6.900 (1.463) (3.016)	6.746 (254)	17.196 (848)	9.482 (83) (5.925)	21.318 (5.248) (717)	41.892 (1.748)	156.985 (496)	273.829 (10.140) (129.927)
Depreciação Saldo em 30 de setembro de 2022	80.732	46.383	(2.689) 25.312	(7.985) 78.209	23.186	20,803	(9.164) 145.151	(99.567) 578.153	997.929
Custo	89.969	65.616	46.872	131.190	71.860	21.550	192.090	939.907	1.559.054
Depreciação acumulada	(9.237)	(19.233)	(21.560)	(52.981)	(48.674)	(747)	(46.939)	(361.754)	(561.125)
Saldo contábil líquido	80.732	46.383	25.312	78.209	23.186	20.803	145.151	578.153	997.929

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

12.2. Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos e aeronaves	Benfeitorias	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021									
Custo	82.848	67.345	41.006	124.547	63.894	7.938	153.784	782.922	1.324.284
Depreciação acumulada	(11.920)	(19.943)	(19.353)	(53.432)	(44.078)	(2.488)	(37.273)	(261.691)	(450.178)
Saldo contábil líquido	70.928	47.402	21.653	71.115	19.816	5.450	116.511	521.231	874.106
Aquisições Baixas Depreciação	13.310 (43) (882)	6.993 (1.494) (3.247)	6.748 (253) (2.711)	17.268 (849) (8.224)	9.505 (83) (5.964)	21.368 (5.248) (719)	41.982 (1.749) (9.308)	156.985 (496) (99.567)	274.159 (10.215) (130.622)
Saldo em 30 de setembro de 2022	83.313	49.654	25.437	79.310	23.274	20.851	147.436	578.153	1.007.428
Custo Depreciação acumulada	95.021 (11.708)	72.272 (22.618)	47.492 (22.055)	134.858 (55.548)	72.467 (49.193)	21.677 (826)	197.022 (49.586)	939.907 (361.754)	1.580.716 (573.288)
Saldo contábil líquido	83.313	49.654	25.437	79.310	23.274	20.851	147.436	578.153	1.007.428

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

12.3. Outras informações

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado:

	Taxa média depreciação (% a.a.)			
	2022	2021		
Imóveis	1,7	1,7		
Máquinas e equipamentos	6	6		
Móveis e utensílios	9	9		
Instalações	10	10		
Computadores e periféricos	25	25		
Veículos	20	20		
Benfeitorias	7	7		

12.4 Direito de Uso

O CPC 06 (R2) /IFRS 16 exige que todos os contratos de arrendamento (exceto aqueles que se encaixam nas exceções) sejam reconhecidos no passivo, tendo como contrapartida o direito de uso no ativo. A composição do direito de uso dos contratos de imóveis e veículos, bem como a vida útil definida está descrita no quadro a seguir:

Composição do direito de uso		Controladora e Consolidado
Descrição	Vida útil (anos)	30/09/2022
Imóveis	2 a 17	577.637
Veículos	2 a 3	516
Total		578.153

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

13. Intangível

13.1. Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

Controladora	Fundo de comércio	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Custo	25.341	89.792	361	115.494
Amortização acumulada	(18.072)	(37.867)	(13)	(55.952)
Saldo contábil líquido	7.269	51.925	348	59.542
Aquisições	1.151	23.102	-	24.253
Baixas	(43)	(500)	-	(543)
Amortização	(1.210)	(10.273)	-	(11. ` 483)
Saldo em 30 de setembro de 2022	7.167	64.254	348	71.769
Custo	25.999	112.399	361	138.759
Amortização acumulada	(18.832)	(48.145)	(13)	(66.990)
Saldo contábil líquido	7.167	64.254	348	71.769

13.2. Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

	Fundo de		Marcas e	
Consolidado	comércio	Software	fórmulas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Custo	25.342	90.641	513	116.496
Amortização acumulada	(18.072)	(38.315)	(165)	(56.552)
Saldo contábil líquido	7.270	52.326	348	59.944
Aquisições Baixas Amortização	1.151 (43) (1.211)	23.210 (500) (10.370)	53 - -	24.414 (543) (11.581)
Saldo em 30 de setembro de 2022	7.167	64.666	401	72.234
Custo Amortização acumulada	25.999 (18.832)	113.355 (48.689)	566 (165)	139.920 (67.686)
Saldo contábil líquido	7.167	64.666	401	72.234

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

13. Intangível -- Continuação

13.3. Outras informações

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média (% a	amortização a.a.)
	2022	2021
Fundo de comércio	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos--Continuação

Adições temporárias	30/09/2022	0.4.14.0.10.00.4		
	00,00,00=	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Provisão para perdas em estoque	331	476	331	483
Provisão para indenizações trabalhistas	7.380	9.326	7.613	9.326
Provisão para riscos cíveis	100	6.000	100	6.000
Provisão para PLR	5.114	12.990	5.114	12.990
Provisão tributária	392	908	1.794	908
Provisão para créditos liquidação duvidosa	6.263	5.361	6.263	5.361
Provisão desconto financeiro	697	552	697	551
Provisão taxa de cartão	4.453	5.179	4.453	5.179
	4.453 673	5.179 600	4.453 673	600
Provisão prêmio funcionários	6/3	600	6/3	600
Efeito líquido de depreciação e juros (IFRS 16) com o	50.407	00.000	50.40 7	00.000
pagamento de arrendamento	50.137	33.260	50.137	33.260
Valor justo Matching Shares	5.995	2.670	5.995	2.670
Provisão dissídio	1.250	1.220	1.308	1.220
Provisão comissões	341		341	-
Provisão honorários	2.612	1.020	3.683	1.026
Total base de cálculo	85.738	79.562	88.502	79.574
		40.004		40.000
Imposto de renda à alíquota 25%	21.434	19.891	22.125	19.893
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	9.942	11.723	12.005	13.230
Contribuição social à alíquota 9%	7.716	7.161	7.965	7.162
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	4.325	4.947	5.070	5.505
Total impostos diferidos ativos	43.417	43.722	47.165	45.790
Fralis a constant of the const				
Exclusões temporárias Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(8.843)	(19.788)	(11.240)	(22.604)
Ajustes decorrentes de arrendamento mercantil	(2.340)	(3.701)	(2.340)	(3.701)
Total base de cálculo	(11.183)	(23.489)	(13.580)	(26.305)
Total base de Calculo	(11.103)	(23.409)	(13.360)	(20.303)
Imposto de renda à alíquota 25%	(2.796)	(5.872)	(3.395)	(6.576)
Contribuição social à alíquota 9%	(1.007)	(2.114)	(1.222)	(2.368)
Total impostos diferidos passivos	(3.803)	(7.986)	(4.617)	(8.944)
Total impostos diferidos líquidos	39.614	35.736	42.548	36.846

A Companhia e sua controlada LIFAR oferecerão à tributação do IRPJ e da CSLL os créditos de PIS e Cofins oriundos dos processos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins que transitaram em julgado, à medida que forem objeto de pedidos de compensação. Desta forma, foi reconhecido um passivo diferido sobre os valores que serão realizados à medida que tais compensações ocorrerem, nos montantes de R\$11.494 na Controladora e R\$13.890 no Consolidado em 30 de setembro de 2022 (R\$19.788 e R\$22.604 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos--Continuação

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	30/09	30/09/2022			
	Controladora	Consolidado			
2022	21.709	23.581			
2023	5.427	5.896			
2024	5.427	5.896			
2025	5.427	5.896			
2026	5.427	5.896			
	43.417	47.165			

15. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Conso	lidado
_	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	57.605	66.447	58.170	65.295
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(19.586)	(22.592)	(19.778)	(22.200)
Participação dos administradores	` -	(373)	`	(373)
Juros s/ Capital Próprio - Benefício	2.720	2.021	2.720	2.021
Resultado de equivalência patrimonial	3.086	275	-	-
IRPJ/CSLL - Créditos tributários (*)	16.714	-	16.714	-
Incentivos fiscais - Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	93	151	94	199
Incentivos fiscais - subvenção p/investimentos - Créd. Presumido	3.448	2.556	3.448	2.556
Incentivos fiscais - subvenção p/investimentos - Demais créditos	973	4.137	973	4.137
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja				
tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	2.822	793
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a				
receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	(1.372)	(546)
Incentivos fiscais Inovação Tecnológica - Benefício	2.478	3.727	2.848	3.727
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR – Benefício	-	18	-	18
Outras despesas não dedutíveis	(5.317)	(138)	(4.425)	602
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	4.609	(10.218)	4.044	(9.066)
Imposto de renda e contribuição social corrente	731	(8.371)	(1.659)	(9.908)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.878	(1.847)	5.703	842
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	4.609	(10.218)	4.044	(9.066)
Alíquota efetiva	-8,0%	15,4%	-5,8%	13,9%

^(*) IRPJ e CSLL sobre os valores ressarcidos referentes a indenização de seguros, decorrente de processo transitado em julgado, conforme mencionado na nota explicativa 9.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

16. Fornecedores

	Controladora		Consol	idado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	371.106	464.014	373.646	464.714
Fornecedores partes relacionadas	6.274	6.103	-	-
Total	377.380	470.117	373.646	464.714

17. Empréstimos e financiamentos

	Intervalo de taxas	Contro	oladora	Consc	olidado
	(% a.a.)	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Moeda nacional					
Debênture - Banco Bradesco	110% CDI	270.727	133.818	270.727	133.818
	- -	270.727	133.818	270.727	133.818
Circulante		97.870	54.532	97.870	54.532
Não circulante		172.857	79.286	172.857	79.286

No segundo trimestre de 2022 foi emitida a 4ª Escritura de Debêntures da Companhia, do tipo simples, não conversíveis em ações, espécie quirografária e sem *rating*. A emissão totalizou R\$150.000, com prazo de três anos, com amortizações semestrais a partir do 12º mês, pagamento de juros semestrais, com remuneração igual ao CDI+1,4%. A captação destina-se a usos gerais corporativos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos à Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou de cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia. A Companhia possui debêntures com cláusulas contratuais que requerem a manutenção trimestral de indicadores financeiros conforme a síntese a seguir:

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

17.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior ou igual a 1,2 (um inteiro e dois décimos)

Em que: "ICSD" significa a divisão do EBITDA Ajustado (conforme definido abaixo) pelo Serviço da Dívida; e "Serviço da Dívida" significa as despesas financeiras relativas aos 12 (doze) últimos meses calculadas pelo regime de competência, em bases consolidadas pela Emissora, ou seja, (a) juros relativos a dívidas bancárias (líquida de receitas de aplicações financeiras), (b) parcela com impacto no caixa da variação monetária e cambial sobre juros das modalidades de dívida, (c) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional (líquidas de receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários ou em títulos públicos e privados de qualquer natureza), (d) despesas financeiras com impacto de caixa relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo (líquidas de receitas financeiras com impacto no caixa recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo), bem como (e) o valor efetivamente desembolsado referente a passivos de operações de derivativos de proteção de dívidas (líquido dos valores efetivamente recebidos referentes a ativos de operações com derivativos de proteção de dívidas).

17.2. Relação Dívida Financeira Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado, conforme metodologia de cálculo a seguir discriminada, não superior a 2,5 (duas inteiras e cinco décimos)

Em que: levando em consideração, para cálculo do EBITDA Ajustado, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos, a ser aferido com base nos balanços consolidados em março, junho, setembro e dezembro de cada exercício. Para os fins deste item entende-se por: "Dívida Financeira Líquida Ajustada" a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo; (v) empréstimos de longo prazo; (vi) operações de leasing bancário de curto prazo; (vii) operações de leasing bancário de longo prazo; (viii) contas a pagar, ou a receber, com operações de derivativos, se houver menos disponibilidades, caixa/aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários; e, ainda, (ix) todos os mútuos, ativos e passivos, realizados entre empresas do grupo, coligadas ou não; "EBITDA Ajustado", na forma prevista na Instrução da CVM n.º 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada; e "Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado" a divisão da Dívida Financeira Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado.

A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 30 de setembro de 2022.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os contratos de empréstimo em vigor possuem ainda cláusulas não financeiras de vencimento antecipado, das quais, mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 30 de setembro de 2022.

Abaixo demonstramos as informações complementares do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamento financeiro	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	557.109	133.818	5.701	696.628
Alterações de caixa	(111.169)	116.649	(25.500)	(20.020)
Captação de empréstimos	-	150.000	-	150.000
Pagamento JCP	-	-	(25.500)	(25.500)
Arrendamentos e debêntures pagas	(111.169)	(26.428)	-	(137.597)
Juros pagos	-	(6.923)	-	(6.923)
Alterações que não afetam caixa	182.349	20.260	20.465	223.074
Remensuração de contratos e novos contratos - IFRS 16	156.489		_	156.489
JCP apropriado	-	-	20.465	20.465
Desconto sobre locação de imóveis	(3.976)	-		(3.976)
Juros apropriados	2 9.836 [´]	20.260	-	50.09 6
Saldo em 30 de setembro de 2022	628.289	270.727	666	899.682

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão apresentados pelo custo amortizado. A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

18. Obrigações fiscais

	Contro	Controladora		olidado
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ	4	-	390	437
CSLL	1	-	267	234
PIS	279	114	281	174
COFINS	1.305	548	1.315	826
IRRF	2.490	5.224	2.542	5.291
ICMS	31.232	20.247	32.825	22.018
Outras obrigações	1.860	1.372	2.017	1.821
Total	37.171	27.505	39.637	30.801

19. Participações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Gratificações diretoria	-	3.441	-	3.441
Participação nos lucros para os funcionários	-	8.717	-	8.770
Total	-	12.158	-	12.211

A Companhia efetuou o pagamento do adiantamento da PLR no terceiro trimestre de 2022, no montante divulgado na nota explicativa 28 — Despesas por Natureza. Assim sendo, efetuou-se a reversão da provisão constituída até então.

20. Obrigações por arrendamento mercantil

A Companhia possuía obrigações originadas de um contrato de arrendamento mercantil de uma aeronave, que foi liquidado durante o segundo trimestre de 2022.

Controladora e Consolidado

	John Jagora C John John Jagora				
	Menos de	De um a			
	um ano	cinco anos	Total		
Em 30 de setembro de 2022					
Arrendamento mercantil		-	-		
Em 31 de dezembro de 2021					
Arrendamento mercantil	1.454	1.164	2.618		
	<u> </u>	•	•		

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

20. Obrigações por arrendamento mercantil--Continuação

A movimentação do saldo de passivo de arrendamento da Companhia até 30 de setembro de 2022 ocorreu da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	Imóveis	Veículos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	553.198	1.293	554.491	
Remensuração de contratos e novos contatos	156.731	254	156.985	
Baixas	(496)	-	(496)	
Juros	29.689	147	29.836	
Descontos obtidos	(3.976)	-	(3.976)	
Pagamento de aluguel	(107.512)	(1.039)	(108.551)	
Saldo em 30 de setembro de 2022	627.634	655	628.289	
Circulante	148.142	308	148.450	
Não circulante	479.492	347	479.839	

A taxa de desconto nominal adotada pela Companhia ficou entre 5% e 9,97% para os contratos de arrendamentos de lojas e de veículos. Foi utilizada a abordagem retrospectiva simplificada, e no momento da transição os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. Inicialmente o direito de uso dos ativos foi mensurado ao valor equivalente do passivo de arrendamento, tendo sido utilizado o expediente prático que permite ao arrendatário excluir custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 02/2019 e ao CPC 06 (R2)/ IFRS 16, justificado pelo fato da Companhia não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido a vedação imposta pela IFRS 16 de projeção futura de inflação, as companhias deverão apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias possam chegar a estas informações. A Companhia, desta maneira, optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam chegar à informação. Os *inputs* são:

- Taxa média de desconto nominal aplicada entre 5% e 9,97% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA baseado na NTN-B) -3.6 % a.a.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

21. Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

21.1 Composição das provisões para contingências

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cíveis	100	6.000	100	6.000
Trabalhistas e tributárias	7.772	10.234	9.407	12.101
Não circulante	7.872	16.234	9.507	18.101
Depósitos judiciais	3.395	3.411	3.865	3.875

21.2 Movimentação das provisões para contingências

As movimentações das provisões para as ações cíveis, trabalhistas e tributárias estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cíveis, trabalhistas e tributárias				
Saldo no início do exercício	16.234	14.074	18.101	14.419
Novas provisões	2.072	12.514	2.137	15.865
Baixa por pagamento	(4.534)	(3.666)	(4.534)	(3.666)
Reversão/Reclassificação	(5.900)	(6.688)	(6.197)	(8.517)
Saldo final	7.872	16.234	9.507	18.101

No terceiro trimestre de 2022, a Companhia reverteu a provisão da principal causa cível, que discutia o adiantamento do pagamento de vale pedágio, em virtude de acordo firmado entre as partes, sendo o valor reclassificado para contas a pagar. O valor que estava provisionado foi suficiente para suportar o valor acordado entre as partes, não impactando o resultado do período.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

21. Provisões -- Continuação

21.1. Cíveis

A Companhia possuía em 30 de setembro de 2022, 36 ações judiciais de natureza cível consideradas possíveis, cujo valor estimado é de R\$1.967 na controladora e no consolidado (aproximadamente R\$46 milhões na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia mantinha o processo referente a Lei 10.209/2001 (Lei do Vale Pedágio) classificado como possível, cuja estimativa de probabilidade de perda possível era de R\$48.615 em 30 de junho de 2022, conforme divulgado até o segundo trimestre de 2022. No terceiro trimestre de 2022, realizou-se acordo entre as partes, não ocorrendo impactos adicionais no resultado.

21.2. Trabalhistas

Nas provisões trabalhistas, as ações mais recorrentes são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Companhia possuía em 30 de setembro de 2022, 439 ações no consolidado de natureza trabalhista com risco possível, cujo valor estimado é de R\$29.150, sendo que, deste total, 428 ações no montante de R\$28.691 correspondem a processos da controladora (R\$20.272 na controladora e R\$20.823 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

21.3. Tributárias

A Companhia possuía em 30 de setembro de 2022, cerca de 61 ações de natureza tributária consideradas como possível, cujo valor estimado é de aproximadamente R\$750 na controladora e no consolidado (R\$978 em 31 de dezembro de 2021 na controladora e no consolidado). A variação do montante atual para divulgações em trimestres anteriores tem origem principalmente em três causas administrativas, que não seguiram para esfera judicial e foram arquivadas com desfecho favorável para a Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

22. Subvenções para investimentos e créditos presumidos

A Companhia recebeu em dezembro de 2011, a doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul/RS, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado à construção das instalações de um novo Centro de Distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, com reconhecimento inicial de R\$5.026 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, considerando que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da Companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

No 2º trimestre de 2014, foi complementada a doação de área pública neste município, com a metragem de 10.000 metros quadrados, registrado neste período pelo seu valor justo correspondente a R\$1.000 no ativo imobilizado da Companhia. O reconhecimento do complemento da subvenção segue os mesmos critérios contábeis adotados no reconhecimento inicial da subvenção original. Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido o valor restante previsto de subvenção de R\$1.226.

Foi aprovada no ano de 2017 a Lei Complementar nº 160/17, com o objetivo de promover importantes mudanças quanto aos benefícios fiscais concedidos unilateralmente pelas unidades federativas. Foram estabelecidas novas regras para enquadramento desses benefícios fiscais como "subvenções para investimento" - afastando a sua tributação pelo IRPJ e CSLL. Até setembro de 2022 foi reconhecido no resultado o total de R\$10.141 (R\$11.310 em 31 de dezembro de 2021) de subvenção de crédito presumido de ICMS.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2020, foi aprovada a proposta de desdobramento de ações da totalidade das ações existentes de emissão da Companhia, tanto para ações ordinárias quanto para ações preferenciais, passando cada 1 (uma) ação existente a corresponder a 30 (trinta) ações. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser representado por 121.994.700 ações ordinárias e 13.485.690 ações preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2020, foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$410.000 para R\$432.000, mediante a capitalização de parcela da Reserva Legal, no valor de R\$4.832 e da Reserva para Aumento do Capital Social, no valor de R\$17.168, sem emissão de novas ações.

Em 22 de julho de 2020, em decorrência da operação de *Follow-on* realizada pela Companhia, houve aumento no capital social no montante de R\$480.000. Desta forma, o capital social em 31 de dezembro de 2020 passou a ser de R\$912.000 (R\$897.552 líquido dos gastos com emissão de ações), totalmente integralizado (R\$410.000 em 31 de dezembro de 2019), representado por 137.994.700 ações ordinárias e 13.485.690 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021 foram aprovadas, respectivamente, as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer da auditoria externa relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e o aumento do capital social, passando de R\$912.000 para R\$918.000, mediante a capitalização de parcela da Reserva Legal, no valor de R\$1.006 e da Reserva para Aumento do Capital Social, no valor de R\$4.994, sem emissão de novas ações.

Em 24 de maio de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e em Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas, a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.1. Capital social--Continuação

Foi encerrado, em 14 de junho de 2021, o período durante o qual os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia puderam solicitar a conversão de ações preferenciais de sua titularidade em ações ordinárias, na proporção de 0,8 (oito décimos) de ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial convertida ("Conversão Voluntária"). No âmbito da Conversão Voluntária, em 23 de junho de 2021 os acionistas detentores de 5.514.545 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondente a 40,8918% do total de ações preferenciais de emissão da Companhia à época, solicitaram a conversão das ações de sua titularidade em 4.411.636 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, operacionalizado pelo escriturador em 07 de julho de 2021, passando o capital social da Companhia a ser composto por 142.406.336 ações ordinárias e 7.971.145 ações preferenciais. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

No dia 26 de julho de 2021, encerrou-se o prazo para os acionistas preferencialistas exercerem o direito de recesso da deliberação em assembleia geral especial de acionistas preferencialistas, realizada em 24 de maio de 2021. Finalizado o período do direito de recesso, em 04 de agosto de 2021 a Companhia realizou a conversão ("Conversão Compulsória") da totalidade de suas ações preferenciais, passando a ter seu capital social constituído exclusivamente por 150.377.481 ações ordinárias. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Em 24 de maio de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social, passando de R\$918.000 para R\$943.000, mediante a capitalização de parcela da Reserva Legal, no valor de R\$726 e da Reserva para Aumento do Capital, no valor de R\$24.274, sem emissão de novas ações. O Capital Social é representado por 150.377.481 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.2. Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 13 de agosto de 2020, foi aprovada a criação do Programa de Recompra de ações de emissão da própria Companhia, sem redução do capital social. Em 16 de agosto de 2021, a Companhia aprovou a renovação de seu Plano de Recompra de Ações em reunião do Conselho de Administração. Este programa tinha prazo de vigência de 17/08/2021 à 16/08/2022, com limite máximo de recompra de 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias. As informações foram divulgadas ao Mercado em 17 de agosto de 2021, através de Fato Relevante.

No dia 05 de setembro de 2022, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a renovação do Programa de Recompra de ações de emissão da própria Companhia, sem redução do capital social. O programa tem prazo de vigência de 05/09/2022 a 04/09/2023, com limite máximo de recompra de 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias. As informações foram divulgadas ao Mercado em 05 de setembro de 2022, por meio de Fato Relevante.

Os objetivos do Programa de Recompra são maximizar a geração de valor aos acionistas, a partir de uma estrutura de capital adequada combinada com o crescimento dos resultados e proventos por ações, bem como viabilizar a implantação de planos de incentivo de longo prazo, por meio dos quais executivos venham a receber ações de emissão da Companhia (vide nota explicativa 24 - Plano de incentivos atrelado a ações).

Em 30 de setembro, a Companhia possuía 1.733.422 ações em tesouraria (1.849.157 em 31 de dezembro de 2021) cujo valor de custo médio foi de R\$34.020 (R\$36.690 em 31 de dezembro de 2021). O preço de mercado da ação em 30 de setembro de 2022 é de R\$11,78 (R\$17,79 em 31 de dezembro de 2021).

Das ações em tesouraria também são retiradas as ações já exercidas, ou seja, transferidas aos beneficiários, a partir do vencimento dos *vestings* dos programas de *matching shares*. Em junho de 2022 o montante segregado correspondente às ações *matching* líquidas do primeiro *vesting* do programa de 2020 foi de R\$944. No segundo trimestre a conta de ações em tesouraria também foi impactada pela outorga das ações do 3º programa de *matching shares* em R\$2.310.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.2. Ações em tesouraria--continuação

Abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Controladora				
_	Ações Ordin	nárias	R\$		
Saldo em 31/12/2021 Aquisição de ações Ações outorgadas Opções outorgadas reconhecidas Saldo em 30/09/2022	(1.849.15 (50.00 117.65 48.06 (1.733.42	00) 52 83	(36.690) (582) 2.308 944 (34.020)		
	ı	Preço das açõe	es		
	Mínimo	Máximo	Média		
De 01/01/2021 a 31/12/2021 De 01/01/2022 a 30/09/2022	11,98 9,09	22,94 14,44	17,79 11,78		

23.3. Reservas de lucros

23.3.1. Reserva para futuro aumento de capital

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24, cláusula "c". O aproveitamento do saldo desta reserva foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 17 de julho de 2020. No exercício de 2021, o saldo desta reserva foi totalmente utilizado para integralização do capital social conforme comentado no item b) acima. Em dezembro de 2021, o montante de R\$24.274 foi contabilizado como reserva para futuro aumento de capital, saldo que foi integralizado como Capital Social, na assembleia de 24 de maio de 2022.

23.3.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.3. Reservas de lucros--continuação

23.3.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas. No segundo trimestre de 2022 foi reclassificado para o Passivo Circulante, na Conta de Juros sobre Capital Próprio a Pagar o montante de R\$13.390, classificado até então como Dividendo Adicional Proposto. Esse movimento foi aprovado na ata da assembleia geral ordinária e extraordinária, de 29 de abril de 2022.

23.3.4. Remuneração dos acionistas

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária.

Em 06 de agosto de 2021, a Companhia deliberou sobre pagamento de JSCP aos seus acionistas no montante de R\$6.000, pagando efetivamente até 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$5.946 (valor líquido de imposto de renda equivalente a R\$5.275), os quais foram creditados na data de 31 de agosto de 2021, com base na posição acionária de 20 de agosto de 2021. Da deliberação de 06 de agosto de 2021 o valor unitário por ação, líquido de IRRF, foi de R\$0,03 por ação ordinária.

Em 17 de dezembro de 2021 a Companhia deliberou a distribuição de R\$20.000 a serem pagos em 3 (três) parcelas - 31/03/2022, 29/04/2022 e 31/05/2022. Do valor total distribuído pela Companhia, aprovado em 17 de dezembro de 2021, compõe, também o valor remanescente de R\$55, referente à distribuição aprovada em 06 de agosto de 2021. Em 17 de dezembro de 2021 o valor unitário por ação, líquido de IRRF, foi de R\$ 0,114453201.

Do montante bruto deliberado e aprovado no exercício de 2021, correspondente a R\$25.946, foram pagos em 2022 R\$20.000, sendo R\$13.333 ao longo do segundo trimestre.

Em 12 de agosto de 2022 ocorreu em reunião do Conselho de Administração, a deliberação e aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$8.000, a ser validada pela Assembleia Geral Ordinária, em 2023. As informações referentes ao evento foram disponibilizadas por meio de aviso aos acionistas, na mesma data. Em 31 de agosto de 2022 foi efetivado o pagamento do referido valor.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

23.4. Reservas de capital

É constituída em contrapartida às despesas do plano de opção de compra de ações outorgadas pela Companhia a seus administradores e empregados (nota explicativa 24). A diferença entre o valor do exercício dos planos de *Matching Shares* e o custo de aquisição pelos beneficiários é reconhecida na Reserva de Ágio.

24. Plano de Incentivos Atrelado a Ações - Controladora

24.1. Condições do plano de Matching Shares

Em 08 de setembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia ("Plano de *Matching Shares* da Dimed" ou "Plano"). O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatuário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos administradores e empregados, alinhando os seus interesses pessoais e profissionais com os dos acionistas; e (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas. As ações concedidas como incentivo no âmbito do Plano de *Matching Shares* da Dimed não poderão ultrapassar o limite máximo de 3% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, a proporção máxima de até 4 (quatro) e mínima de 1 (uma) Ação *Matching* por cada ação ordinária da Companhia adquirida no âmbito do Plano ("Ações Próprias"), até o limite estabelecido nos seus respectivos Instrumentos Particulares de Outorga de Ações e Ingresso no Plano de *Matching Shares* da Dimed, desde que cumpridas determinadas condições.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

24. Plano de Incentivos Atrelado a Ações - Controladora--Continuação

24.1. Condições do plano de Matching Shares--Continuação

As Ações *Matching* ficarão sujeitas a um Prazo de *Vesting* progressivo de quatro anos, durante o qual o beneficiário deverá manter seu vínculo com a Companhia. O Prazo de Vesting terá início na data outorga e neste prazo as Ações *Matching* se tornarão Ações *Matching* Maduras e serão liquidadas aos beneficiários nas datas especificadas a seguir:

Ações <i>Matching</i> Maduras
m terço) do total de Ações <i>Matching</i> m terço) do total de Ações <i>Matching</i> m terço) do total de Ações <i>Matching</i>

Na assinatura do contrato de outorga, o beneficiário deve autorizar expressamente o bloqueio da negociação e oneração das Ações Próprias adquiridas, durante o prazo de *Vesting*, nos registros da instituição depositária das ações escriturais da Companhia.

24.2. Movimentação do Plano de *Matching Shares*

Para o primeiro programa da Companhia, no mês de setembro de 2020 foram outorgadas 71.026 "Ações próprias" e 201.641 "Ações *Matching*" aos participantes do Plano, sendo que até 31 de março de 2021 foram realizadas adesões de 66.382 "Ações próprias".

Em 20 de abril de 2021, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, a criação do segundo programa de *Matching Shares* da Dimed, nas mesmas condições do primeiro programa. Em 09 de julho de 2021, foram formalizadas as ordens de transferência de 53.968 ações, com adesão de 27.545 "Ações próprias", 22.000 "Ações Em Ambiente Escritural", 4.423 ações ainda não transferidas e 168.993 "Ações *Matching*".

Em 29 de abril de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a criação do terceiro programa de *Matching Shares* da Companhia, com condições diferentes em relação aos dois programas anteriores: i) redução do período de *Vesting* de 4 para 3 anos; e ii) liberação do *Vesting* das ações *Matchings* maduras. As ordens de transferência de ações foram formalizadas ao longo do mês de abril de 2022, com adesão de 117.652 "Ações Próprias" e 348.466 "*Ações Matching*".

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

24. Plano de Incentivos Atrelado a Ações - Controladora--Continuação

24.2. Movimentação do Plano de Matching Shares--Continuação

No segundo trimestre de 2022 foi efetivada a transferência para os beneficiários de 48.083 ações *matching* em decorrência da antecipação relativa ao primeiro *vesting*, do programa aprovado em 2020.

A seguir a movimentação das ações desde a criação do plano:

	Ações Próprias	Ações Matching
Saldo em Setembro/2020 Dissidentes	71.026	201.641
Saldo em Dezembro/2020	71.026	201.641
Outorgadas Dissidentes	53.968	168.993 (2.713)
Saldo em Dezembro/2021 Outorgadas	124.994 117.652	367.921 348.466
Dissidentes Exercidas (*)	-	(210) (66.305)
Saldo em Setembro/2022	242.646	649.872

^(*) A quantidade bruta de ações *matching* maduras foi convertida em 48.083 ações líquidas.

24.3. Valores reconhecidos no período

Até o terceiro trimestre de 2022, a Companhia reconheceu a título de valor justo dos programas de *Matching Shares*, o total de R\$3.324 (R\$1.435 no terceiro trimestre de 2021). A despesa reconhecida no trimestre atual foi de R\$1.179, em contrapartida aos grupos de despesas com vendas (R\$1.037) e administrativas (R\$142).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

25. Resultado por ação

25.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

25.2. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Conforme requerido pelo IAS 33 / CPC 41, as quantidades de ações apresentadas no cálculo do resultado por ação do período corrente e do período comparativo estão afetadas pelo referido desdobramento.

	30/09/2022
	Ordinárias (ON)
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações total	150.377.481
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(1.815.462)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	148.562.019
% de ações em relação ao total	100%
Numerador	
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	62.214.912
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	148.562.019
Resultado por ação básico (R\$)	0,42
Numerador	
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	62.214.912
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	148.562.019
Média ponderada da quantidade de ações Matching	543.498
Resultado por ação diluído (R\$)	0,42

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

25. Resultado por ação

25.2. Diluído--Continuação

Denominador Média ponderada da quantidade de ações total Quantidade de ações em tesouraria ponderada Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações circulantes Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Resultado por ação básico (R\$) Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações matching Resultado por ação diluído (R\$) 0,53		31/12/2021 Ordinárias (ON)
Quantidade de ações em tesouraria ponderada Média ponderada da quantidade de ações circulantes(1.437.899)% de ações em relação ao total149.591.026Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes 	Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações circulantes149.591.026% de ações em relação ao total100%Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Resultado por ação básico (R\$)79.426.519 149.591.026Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações matching79.426.519 149.591.026 318.835	Média ponderada da quantidade de ações total	151.028.925
% de ações em relação ao total 100% Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) 79.426.519 Média ponderada da quantidade de ações circulantes Resultado por ação básico (R\$) 0,53 Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) 79.426.519 Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações matching 318.835	Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(1.437.899)
Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Resultado por ação básico (R\$) Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações matching 79.426.519 149.591.026 149.591.026 318.835	Média ponderada da quantidade de ações circulantes	149.591.026
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Resultado por ação básico (R\$) Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações matching 79.426.519 149.591.026 149.591.026 318.835	% de ações em relação ao total	100%
Média ponderada da quantidade de ações circulantes149.591.026Resultado por ação básico (R\$)0,53NumeradorLucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)79.426.519Média ponderada da quantidade de ações circulantes149.591.026Média ponderada da quantidade de ações matching318.835		
Resultado por ação básico (R\$) Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações matching 318.835	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	
Numerador Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações matching 79.426.519 149.591.026 318.835		149.591.026
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) 79.426.519 Média ponderada da quantidade de ações circulantes Média ponderada da quantidade de ações <i>matching</i> 318.835	Resultado por ação básico (R\$)	0,53
Média ponderada da quantidade de ações circulantes149.591.026Média ponderada da quantidade de ações matching318.835	Numerador	
Média ponderada da quantidade de ações <i>matching</i> 318.835	3 \ ' ' /	
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	·	149.591.026
Resultado por ação diluído (R\$) 0,53	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	318.835
	Resultado por ação diluído (R\$)	0,53

25.3. Migração para o Novo Mercado (B3)

Ao longo do ano de 2021, a Companhia avançou em seu compromisso assumido junto aos acionistas, de elevar seu padrão de Governança Corporativa ao nível mais alto na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). O processo de migração para o Novo Mercado foi concluído e as ações começaram a ser negociadas nesse nível no dia 24 de setembro de 2021. O processo foi iniciado no começo de 2021, quando foi aprovada a conversão de ações preferenciais em ordinárias, efetivada em 03 de agosto de 2021, data em que a Companhia passou a ter somente ações ordinárias. A Companhia ao longo do referido processo cumpriu, também, as exigências necessárias, como a criação de comitês internos, alteração no estatuto da empresa e a eleição de membros independentes no Conselho de Administração.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

26. Receitas

A Companhia gera receita principalmente pela venda de medicamentos e produtos de higiene e beleza.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Vendas brutas de produtos e serviços Impostos sobre vendas Devoluções e descontos incondicionais	3.103.336 (170.549) (36.851)	2.497.397 (140.126) (30.015)	3.114.770 (172.554) (37.346)	2.506.762 (144.281) (30.903)
Receita líquida	2.895.936	2.327.256	2.904.870	2.331.578

27. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Contro	Controladora		olidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Custo das mercadorias vendidas	(2.147.069)	(1.742.677)	(2.129.769)	(1.725.089)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(16.323)	(16.917)
Ressarcimento de custos com aportes	161.182	137.628	161.182	137.628
Receita verbas de campanha	1.001	1.270	1.001	1.270
Impostos sobre verbas	(15.002)	(12.848)	(15.002)	(12.848)
	(1.999.888)	(1.616.627)	(1.998.911)	(1.615.956)

São deduzidos do custo das mercadorias vendidas os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Esse ressarcimento é reconhecido quando for provável o atingimento das condições contratuais.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

28. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
-	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(416.380)	(327.379)	(418.793)	(328.968)
Despesas com aluguéis	(24.818)	(20.888)	(24.164)	(19.976)
Desconto sobre locação de imóveis (*)	3.976	5.370	3.976	5.370
Despesas com fretes	(37.756)	(31.681)	(38.155)	(32.036)
Despesas com taxas de cartão	(31.282)	(24.780)	(31.283)	(24.780)
Despesas com publicidade	(18.226)	(13.883)	(18.369)	(14.022)
Despesas com utilidades e serviços	(22.866)	(20.747)	(22.910)	(20.795)
Despesas com depreciação e amortização	(134.379)	(109.689)	(134.427)	(109.735)
Participação dos empregados nos lucros	(5.762)	(4.089)	(5.800)	(4.122)
Participação dos administradores	(3.129)	-	(3.129)	-
Despesas com manutenção	(8.056)	(5.626)	(8.059)	(5.627)
Despesas com consumo	(11.083)	(10.557)	(11.157)	(10.648)
Despesas de viagens e representações	(1.904)	(1.471)	(1.913)	(1.479)
Despesas com material de embalagens	(6.079)	(5.207)	(6.079)	(5.207)
Perdas com estoques	(19.908)	(11.103)	(20.528)	(12.929)
Outras	36	(10.383)	427	(13.167)
_	(737.616)	(592.113)	(740.363)	(598.121)

^(*) Devido à pandemia da COVID-19, até o segundo trimestre de 2022, a Companhia obteve descontos pontuais sobre os pagamentos relacionados a despesas com locação de alguns imóveis, enquadrados como arrendamento mercantil, conforme pronunciamento técnico nº 16/2020. Não ocorreram quaisquer tipos de alteração na vigência desses contratos até a data de vigência do expediente prático, assim sendo, não houve necessidade de remensuração.

	Controladora		Consc	lidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(48.444)	(44.917)	(49.720)	(46.579)
Despesas com aluguéis	(457)	(353)	(381)	(346)
Despesas com utilidades e serviços	(1.156)	(1.012)	(1.215)	(1.066)
Despesas com depreciação e amortização	(6.960)	(4.966)	(7.095)	(5.126)
Participação dos empregados nos lucros	(1.094)	(493)	(1.094)	(493)
Participação dos administradores	(327)	-	(330)	-
Despesas bancárias	(1.139)	(1.105)	(1.147)	(1.115)
Remuneração dos dirigentes	(4.594)	(3.753)	(4.594)	(3.753)
Despesas com manutenção	(6.588)	(4.952)	(6.700)	(5.030)
Despesas com consumo	(351)	(358)	(377)	(404)
Outras despesas administrativas	(5.966)	(4.447)	(6.074)	(4.669)
	(77.076)	(66.356)	(78.727)	(68.581)

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

29. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Conso	lidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita extraordinária	1.111	652	1.182	926
Receita com aluguéis de imóveis	189	182	189	182
Recuperação de créditos	7.038	5.821	7.038	5.821
Ressarcimento de diferença de caixa	199	196	199	196
Custo vendas imobilizado	(1.343)	(2.130)	(1.300)	(2.106)
Outras receitas (despesas) operacionais	6.697	(39)	6.775	(11)
Recuperação de créditos tributários (*)	-	22.944	-	22.944
Participações (**)	-	(1.267)	-	(1.267)
	13.893	26.359	14.083	26.685

^(*) Refere-se aos créditos relativos ao processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS reconhecido no período. Detalhes adicionais na nota explicativa 10.

30. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	1.986	105	2.002	244
Variações monetárias	-	-	-	25
Rendimento aplicações financeiras	7.025	4.933	10.618	6.051
Descontos financeiros obtidos	1.370	605	1.519	613
Impostos s/ receitas financeiras	(1.010)	(892)	(1.054)	(904)
Atualização monetária sobre créditos tributários (*)	1.055	13.590	1.301	13.642
	10.426	18.341	14.386	19.671

^(*) Refere-se à atualização monetária sobre os créditos relativos ao processo que exclui o ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS reconhecido no trimestre. Detalhes adicionais na nota explicativa 10.

	Controladora		Consc	lidado
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(20.448)	(4.537)	(20.448)	(4.537)
Juros passivos	(171)	(235)	(177)	(297)
Encargos financiamento	(124)	(173)	(124)	(173)
Descontos concedidos/Bonificações	(5.211)	(3.057)	(5.345)	(3.311)
Juros de arrendamento	(29.836)	(20.813)	(29.836)	(20.813)
Outras despesas financeiras	(1.356)	(790)	(1.238)	(850)
	(57.146)	(29.605)	(57.168)	(29.981)

^(**) Refere-se ao Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia, criado em setembro de 2020, com objetivo de regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatuário. Detalhes adicionais na nota explicativa 24.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

31. Transações com partes relacionadas

31.1. Saldos e transações

Os montantes totais das transações realizadas pela Dimed, até 30 de setembro de 2022, com partes relacionadas estão descritos a seguir:

		ão Imobiliária da.	Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Fornecedores Partes relacionadas - mútuo	- -	- -	6.274 -	6.103 (1.670)	
		ão Imobiliária da.	Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.		
_	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	
Compra de mercadorias e serviços Receita com prestação de serviços Despesas financeiras	1.268 264	1.956 408	32.076 81 -	32.706 - -	
			Contas a recebe 30/09/2022	er de acionistas 31/12/2021	
Gastos com emissão ações (oferta secundária)			1.530	3.030	

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores acordados entre as empresas e com prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

31.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, constam informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

Controladora			
30/09/2022	30/09/2021		
4.594	3.753		
1.287	1.051		
3.455	1.267		
9.336	6.071		
	30/09/2022 4.594 1.287 3.455		

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

31. Transações com partes relacionadas--Continuação

31.2. Remuneração do pessoal-chave da administração--Continuação

Estes valores estão apresentados na rubrica de "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado e detalhados na nota explicativa 28. A Administração também faz parte do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia, criado com o objetivo de regular a possibilidade de concessão de incentivos por meio de ações ordinárias emitidas Companhia.

Aos administradores foi outorgado o direito a receber, gratuitamente, a proporção de 3 (três) e 4 (quatro) Ação *Matching* por cada ação ordinária da Companhia adquirida no âmbito do Plano ("Ações Próprias"), para as quais foi registrado *fair value de* R\$2.308 em 2021, até o limite estabelecido nos seus respectivos Instrumentos Particulares de Outorga de Ações e Ingresso no Plano de *Matching Shares* da Dimed, desde que cumpridas determinadas condições. Em 2022, a Companhia reconheceu a título de *fair value*, que corresponde às ações *Matching* dos administradores um montante de R\$648 no primeiro trimestre, R\$1.231 no segundo trimestre e R\$1.028 no terceiro trimestre, totalizando R\$2.906 no acumulado do período. Informações adicionais podem ser encontradas na nota explicativa 24.

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra veículos, incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga e aeronaves, dentre outras. A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. Segue abaixo o Limite Máximo de Indenização das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R\$ mil		
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corporais		
Apólices de Incêndio	R\$ 529.445		
Apólices de Responsabilidade Civil	R\$ 31.200		
Apólice de Transporte	R\$ 1.500 por transporte		
Apólice Aeronave	R\$ 23.292*		
RC Aeronave	R\$ 108.126*		

^{*} Apólice emitida em Dólar, valor convertido pelo ptax (dólar) de 30/09/2022 (R\$5,4063).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

33. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da Companhia estão divididos em Varejo, Atacado e Corporativo, que contemplam todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

O segmento Varejo é composto por 548 lojas, onde são comercializados mais de 15 mil itens entre medicamentos e produtos de higiene e beleza. Já o segmento Atacado, além de ser o pioneiro nesse segmento no Brasil, é considerado um dos principais distribuidores de medicamentos do país. Por fim, o segmento Corporativo inclui Atacado e Varejo, bem como a controlada Lifar (Laboratório Farmacêutico Lifar Ltda). Além de agregar divisões de cosméticos, medicamentos e alimentos, a Lifar é responsável pela produção de grandes marcas no Brasil, bem como dos produtos da marca própria Panvel. A controladora Dimesul tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação 30 de setembro de 2022 (Em milhares de reais)

33. Informações por segmento--Continuação

	Varejo		Atacado		Corporativo		Dimed S.A.	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	2.672.824	2.150.299	232.046	181.279	-	-	2.904.870	2.331.578
Custo das mercadorias vendidas e serviços								
prestados	(1.808.753)	(1.460.895)	(190.158)	(155.061)	-	-	(1.998.911)	(1.615.956)
Lucro bruto	864.071	689.404	41.888	26.218	-	-	905.959	715.622
Despesas com vendas	-	-	-	-	(740.363)	(598.121)	(740.363)	(598.121)
Outras receitas (despesas) operacionais								
líquidas	-	-	-	-	14.083	26.685	14.083	26.685
Despesas administrativas	-	-	-	-	(78.727)	(68.581)	(78.727)	(68.581)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	864.071	689.404	41.888	26.218	(805.007)	(640.017)	100.952	75.605
Resultado financeiro	-	-	-	-	(42.782)	(10.310)	(42.782)	(10.310)
Receitas financeiras	-	-	-	-	14.386	19.671	14.386	19.671
Despesas financeiras	-	-	-	-	(57.168)	(29.981)	(57.168)	(29.981)
Lucro operacional antes do imposto de renda e								
contribuição social	864.071	689.404	41.888	26.218	(847.789)	(650.327)	58.170	65.295
Corrente	-	-	-	-	(1.659)	(9.908)	(1.659)	(9.908)
Diferido	-	-	-	-	5.703	842	5.703	842
Lucro líquido do exercício	864.071	689.404	41.888	26.218	(843.745)	(659.393)	62.214	56.229